

III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



Competência Municipal e Desafios na Regulamentação Ambiental: Estudo de Caso sobre o Licenciamento Ambiental em Municípios de Minas Gerais

Autor(res)

Felipe De Almeida Campos

Luiza Idafrancis Carneiro Sabino

Stace Liz Carneiro

Ivone Alves De Sousa Santos

Categoria do Trabalho

1

Instituição

FACULDADE PITÁGORAS DE VENDA NOVA

Introdução

O licenciamento ambiental é reconhecido como um instrumento essencial para a preservação do meio ambiente, desempenhando um papel crucial na conciliação entre o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental. Embasado na Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938/1981) e na Constituição Federal de 1988, o licenciamento ambiental visa mitigar os impactos negativos decorrentes das atividades humanas sobre o meio ambiente. A descentralização do licenciamento ambiental, prevista na Lei Complementar 140/2011, atribui aos municípios uma parcela significativa de responsabilidade na gestão ambiental local. Essa descentralização reflete uma tendência global de transferência de poder e responsabilidade para níveis inferiores de governo, reconhecendo a importância da proximidade com as questões ambientais e a capacidade dos municípios de responder de forma eficaz aos desafios locais.

Objetivo

O objetivo deste estudo é analisar os desafios enfrentados pelos municípios de Minas Gerais na regulamentação ambiental, com foco no licenciamento ambiental e no uso das áreas de preservação permanente (APPs), buscando identificar diretrizes e boas práticas para uma gestão ambiental local eficiente e sustentável.

Material e Métodos

Para alcançar o objetivo proposto, realizou-se uma revisão bibliográfica sobre a legislação ambiental pertinente, incluindo a Lei Complementar 140/2011, a legislação estadual de Minas Gerais relacionada ao licenciamento ambiental e à regulamentação das APPs, bem como estudos de caso sobre a municipalização do licenciamento ambiental em outros estados brasileiros. Os dados foram coletados por meio de pesquisa documental e análise de relatórios técnicos.

Resultados e Discussão

Os resultados da pesquisa evidenciam uma complexa realidade enfrentada pelos municípios de Minas Gerais no contexto da regulamentação ambiental, especialmente no que diz respeito ao licenciamento ambiental e à gestão

III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



das áreas de preservação permanente (APPs). Apesar da descentralização do licenciamento ambiental preconizada pela Lei Complementar 140/2011, muitos municípios encontram dificuldades significativas na efetivação dessa competência. Um dos principais desafios identificados é a falta de estrutura técnica e administrativa adequada nos órgãos municipais responsáveis pela gestão ambiental. Isso inclui a escassez de profissionais capacitados para realizar os processos de licenciamento ambiental e para fiscalizar o cumprimento das normas ambientais. Além disso, a carência de recursos financeiros também impacta negativamente a capacidade dos municípios de implementar políticas e programas voltados para a proteção do meio ambiente.

Conclusão

Os resultados deste estudo destacam a urgente necessidade de fortalecer a capacidade dos municípios de Minas Gerais na gestão ambiental, especialmente no que diz respeito ao licenciamento ambiental e à regulamentação das áreas de preservação permanente. A cooperação entre os diferentes níveis de governo e a sociedade civil é essencial para enfrentar os desafios ambientais e promover um desenvolvimento sustentável em nível local.

Referências

Brasil. Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011. Estabelece normas de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora.

Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988.

IBGE. Perfil dos Municípios Brasileiros, 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

MARQUES, Gabriel Loterio et al. Licenciamento ambiental e arqueologia de contrato: desafios do ofício no contexto de desregulação ambiental, um estudo de caso sobre a UHE Formoso. 2023.

DE CARVALHO, MICHELLE AURELIO. Os desafios do licenciamento ambiental municipal. 2012.